
O retrato da violência urbana pela mídia¹

Eva Louise de FRANÇA PIRES²
Regina Lucia ALVES de LIMA³
Universidade Federal do Pará, Pará, PA

RESUMO

O presente artigo se propõe a mostrar que a forma como o jornalismo representa a violência urbana tem contribuído com o processo de marginalização e de estereotipação de grupos e de bairros periféricos no contexto urbano. Foi selecionado analisar comparativamente as matérias nos portais online de notícias, que tratam especificamente de dois casos de violência: uma chacina que deixou onze mortos, em maio de 2019, e um duplo homicídio em março de 2021, ambos na passagem Jambu do bairro Guamá, em Belém do Pará. O método utilizado foi a cartografia aplicada à comunicação, em que três elementos centrais foram perseguidos: leitura, análise e interpretação. A partir da análise e dos resultados, percebe-se que tal representação usa do sensacionalismo, da exposição excessiva, da fabricação de personagens e da invisibilização de grupos marginalizados.

PALAVRAS-CHAVE: cartografia; jornalismo; violência urbana; Belém.

Essa pesquisa se propõe a mostrar que a forma como o jornalismo representa a violência urbana tem contribuído com o processo de marginalização e de estereotipação de grupos e de bairros periféricos no contexto urbano. Para tanto, foi feita uma análise comparativa de matérias nos portais online de notícias online (ligado ao jornal Diário do Pará), G1 do Pará (pertencente ao grupo da TV Liberal- afiliada da Rede Globo), Ver-o-Fato (criado pelo jornalista Carlos Mendes), Amazônia e o Roma News, que tratam especificamente de dois casos de violência: uma chacina que deixou onze mortos, em maio de 2019, e um duplo homicídio em março de 2021, ambos na passagem Jambu do bairro do Guamá, em Belém do Pará.

Tais casos foram selecionados para análise por terem acontecido no mesmo local e com um intervalo entre si inferior a dois anos, levantando a hipótese de que estes aspectos favoreceram uma cobertura midiática que reforça a marcação de territórios perigosos na cidade.

¹ Trabalho apresentado no IJ01 – Jornalismo, da Intercom Júnior – XIX Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 46º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação

² Estudante de Graduação 7º. semestre do Curso de Jornalismo da UFPA, e-mail: evapires98@gmail.com

³ Orientadora do trabalho. Professora do Curso de Jornalismo da UFPA, e-mail: reginalima@ufpa.br

Inicialmente, houve uma revisão de literatura que permitisse compreender os conflitos urbanos de violência e a identificação deles nas narrativas jornalísticas, sobretudo no ambiente online. A proposta era entender como o jornalismo define e caracteriza esses conflitos e os enuncia à sociedade; e como eles têm afetado as sociabilidades comunicativas dos indivíduos, dos lugares e das instituições na Amazônia. As sociabilidades, segundo França (1995), possibilitam indicar a existência de uma outra lógica, ou de uma outra dinâmica na construção das relações comunicativas.

Discutindo o rural e o urbano

No primeiro momento foi necessária uma discussão sobre como são conceituados os termos rural/urbano, campo/cidade. Apesar de no Brasil prevalecer o caráter legislativo e territorial, com o intuito de facilitar o aspecto administrativo, essa divisão é bastante criticada por diversos autores que alegam a insuficiência desse modelo para identificar de maneira adequada o modo de vida e as necessidades dos diferentes tipos de moradores de cada um desses espaços.

Nesse cenário, estes conceitos são amplamente e profundamente discutidos nos mais diversos campos de conhecimento, como a sociologia, psicologia, geografia e comunicação.

De acordo com Almeida (2005), a cidade formal é aquela privilegiada pelo fácil acesso à serviços públicos e à equipamentos, logo a cidade informal consiste na ausência desses serviços. Desse modo, a habitação popular é dada por meio de invasões e de autoconstrução de moradias em terrenos irregulares. Essas divisões do espaço físico e do cultural alimentam a criação de estigmas e de um mapa social.

Somado a isso, uma parte da população urbana é deixada às margens do seio social, tornando evidente a valorização dos setores produtivos em detrimento dos setores sociais por parte do Estado, assim como a urgência de um planejamento urbano de ocupação territorial.

Para Marques (2002), as definições entre urbano e rural necessitam de um direcionamento que priorize o desenvolvimento social em relação ao desenvolvimento econômico e territorial.

Logo, destaca-se a importância de estudos sociológicos e antropológicos no processo de distinção do urbano/rural, capazes de reconhecer as complexidades e as

constantes mudanças, assim como os diferentes ritmos, conflitos e motivos entre esses ambientes.

Dessa maneira, portanto, percebe-se que quando essas diferenciações entre o urbano e o rural falham em contemplar o indivíduo, com a finalidade de auxiliar na criação de políticas públicas efetivas e devidamente direcionadas, há a intensificação de conflitos nesses espaços.

A violência urbana

No que diz respeito aos conflitos violentos urbanos, nota-se que são diversos e contam com uma amplitude de precedências. Segundo o Portal de Segurança Pública (2023), entre as principais causas estão: infraestrutura precária, habitação popular, exclusão socioeconômica, desemprego ou oferta de emprego de baixa qualidade.

Nesse sentido, destaca-se alguns dos conflitos de violência urbana como sequestros, homicídios e chacinas. O perfil das vítimas de homicídios no Brasil, segundo o Atlas de Violência de 2020 (2021), é predominantemente masculino por 91,8%. Além disso, é revelada a superioridade dos homicídios entre os homens e mulheres negros (pretos e pardos), em relação a homens e mulheres não negros, chegando a ser 74,0% mais recorrente para homens negros e 64,4% para mulheres negras. Os dados também mostram que as vítimas possuem baixa escolaridade.

Desse modo, torna-se evidente que as vítimas desses crimes não são dadas de maneira aleatória, pelo contrário, são reflexos de uma sociedade segregada por gênero, raça, escolaridade e pelas diferentes oportunidades disponíveis para esses grupos que acabam sendo deixados à margem da sociedade. De acordo com Baierl (2004), a violência e o medo social culminam em processos de transformações, mudando a arquitetura urbana e culminando na marginalização e discriminação de grupos sociais.

Essa marginalização ocorre, também, por meio da ocupação de bairros considerados periféricos e perigosos, que são estigmatizados e considerados os responsáveis pela onda de violência na cidade, agravando a exclusão dos moradores desses bairros, assim como a relação tensa entre moradores, traficantes e policiais, como pode ser frequentemente vista pelos casos de violência policial que ganham destaque na mídia.

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (2019), a violência policial é a 26ª em número de denúncias recebidas

pela Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos. É válido ressaltar a cultura do medo, como reflexo da percepção da população sobre a violência e a criminalidade em metrópoles como Belém, a capital do Pará, em que se constata também a segregação socioespacial, inclusive com denominações, como territórios da violência ou territórios do medo, em que são enunciados os estigmas de classe, de lugar e de violência, ou seja,

com o uso de uma linguagem que reforça o rótulo do medo aos bairros da periferia, entre eles: Terra Firme, Guamá, Bengui, Marambaia e Umarizal, sendo que este último o medo não está nele, mas vem da periferia para o centro, quando indivíduos praticam assaltos e roubos. Na série sobre os territórios da violência, produzida pelo jornal Diário do Pará, em 2012, as narrativas partem do princípio de que os números não são suficientes para dizer que a violência diminuiu, mas que a sensação de medo e insegurança vivida pela população se sobrepõem à redução desses mesmos números divulgados pelo governo do Pará. [...] há uma negação ou ‘apagamento’ dos fatos diante dos interesses particulares, ideológicos e políticos do veículo de comunicação, pois os números das instituições diagnosticando o problema da violência urbana são desacreditados e passa a ter validade o sentimento vivido pelos paraenses. Ou seja, o medo e suas consequências (PLANO..., 2020).

Tal cultura faz cada vez mais parte do imaginário dos habitantes da cidade, e é caracterizada, essencialmente, pelo sentimento coletivo de insegurança. Como consequência, o território e tecido urbano sofrem profundas transformações, assim como os hábitos, comportamentos e cotidiano dos indivíduos que se sentem sob constante ameaça.

A exemplo dessas transformações, observa-se a intensificação de medidas que geram a sensação de proteção, além do lucro de setores comerciais que surgem a partir do que Baierl (2004) chama de “indústria do medo”, como a construção de muros, cercas elétricas, sistemas de segurança privados e enclaves fortificados. Ademais, o isolamento dentro de casa e o ato de evitar frequentar lugares públicos, os quais eram frequentados normalmente em tempos anteriores, passam a ser o padrão comportamental dessas pessoas, e o sentimento de paranoia é normalizado, principalmente em grupos de classe média.

Assim, essa divisão espacial acarreta uma maior disparidade social entre as classes e o empobrecimento adicional da vivência da cidade, na medida em que as experiências de contato entre indivíduos passam a ocorrer com menor frequência e intensidade, colaborando para fortalecer preconceitos derivados do medo e da ignorância.

Método

O método utilizado para executar a análise foi a cartografia aplicada à comunicação, em que três elementos centrais foram perseguidos: leitura, análise e interpretação. A leitura está associada ao recebimento de informações; a análise presume a utilização dos conhecimentos da cartografia (questões conceituais e metodológicas) para estabelecer relações entre estruturas espaciais e históricas; e a interpretação refere-se à aplicação consciente das informações coletadas para entender os conflitos e realizar as análises necessárias.

A cartografia foi o método escolhido, uma vez que ela permite que não se analise apenas o objeto, nesses casos os portais digitais, mas também o seu contexto, partindo do pressuposto que “o campo fala” e que deve ser ouvido sem preconceitos pelo pesquisador, o qual deverá assumir uma postura não hierarquizada e imparcial diante do objeto.

Para Passos, Kastrup e Escóssia (2009), a cartografia pode ser entendida por oito pistas, mas aqui, selecionamos apenas duas, a de caráter de observação participante e a de caráter de território existencial, considerando suas implicações de compreensão. A cartografia aposta em acompanhar processos.

Sempre que um cartógrafo entra em campo há processos em curso. A pesquisa de campo requer a habilitação de um território que, em princípio, ele não habita. Nesta medida, a cartografia se aproxima da pesquisa etnográfica e lança mão da observação participante. O pesquisador mantém-se no campo do contato direto com as pessoas e seu território existencial [...] além de observar o etnógrafo participa, em certa medida, da vida delas, ao mesmo tempo modificando pela experiência etnográfica (Passos; Kastrup e Escóssia, 2009, p. 56).

Esta pista foi fundamental para a aplicação desse estudo, uma vez que se trata da cobertura jornalística de fatos que envolvem crimes, logo são diversos os desdobramentos possíveis, como a apuração de fatos, as novas descobertas sobre os casos, as decisões jurídicas e a situação em que ficou a família das vítimas e dos criminosos. O cartografar é um território existencial.

Nesse sentido, o conhecimento ou, mais especificamente, o trabalho da pesquisa se faz pelo engajamento daquele que conhece no mundo a ser conhecido. É preciso, então, considerar que o trabalho da cartografia não pode se fazer como sobrevoo conceitual sobre a realidade investigada. Diferentemente, é sempre pelo compartilhamento de um território existencial que sujeito e objeto da pesquisa se relacionam e se co-determinam (PASSOS; ALVAREZ, 2009, p. 131).

Tal pista, em especial, tornou-se a mais palpável em minha vivência. O “mapa do medo” e a cultura de terror constante gerados pela representação da violência pela mídia são territórios não apenas pesquisados por mim, enquanto estudante de Jornalismo, mas também vividos como moradora de um bairro periférico como o Guamá.

A partir da cartografia foi possível compreender o fenômeno da violência e sua contextualização territorial e simbólica. A cartografia identifica a partir das narrativas midiáticas os conflitos existentes e de que forma são enunciados à sociedade. Com a intenção de interpretar esses fatos e analisar seus impactos nas sociabilidades, a cartografia aplica três habilidades distintas: leitura, análise e interpretação.

É importante destacar que a cartografia vai além do espaço territorial dos municípios paraenses que compõem a região, mas busca também compreender o espaço imaginário construído midiaticamente, revelando relações sociais latentes dentro dos conflitos.

De uma maneira geral, os conflitos de violência, muitas vezes, são demarcados de formas unilaterais ou pontuais, sem explicações da sua natureza e a correlação com a vida das pessoas que vivem nas cidades.

Nessa perspectiva urbana, destacam-se chacinas e massacres ocorridos nas cidades e nos presídios, entre eles: no Pará, - chacina do Tapanã, em 1994; chacina do Paar, em 1995; chacina de Icoaraci, em 2011; a chacina de Belém, em 2014; a chacina da Região Metropolitana de Belém (RMB) e a chacina da Condor, em 2017; nova chacina do Tapanã, em 2018; chacina da Cabanagem - 2019; chacina do Guamá, em maio de 2019; massacres nos presídios: Porto Velho – RO (2002); São Luís – MA (2010); Boa Vista – RR (2016); Manaus – (AM) (2017; 2019); em Altamira – PA (2019); além dos homicídios diários nas capitais (PLANO..., 2020).

Resultados

A violência urbana na mídia

Para Sanchotene (2009), uma sociedade midiaticizada é aquela na qual a influência midiática é tão forte ao ponto de configurar novas formas de organização e funcionamento. Além disso, a mídia tem o poder de determinar novos modelos de consumo e acesso.

A midiaticização se encontra na existência de uma cultura pós-moderna, de lógicas e operações de natureza midiática e que se inscrevem na vida da sociedade, permeando e constituindo suas formas de organização e

funcionamento, definindo condições de acesso e consumo por parte dos indivíduos. Esse processo emerge na “sociedade midiática” e atualizase, de modo intenso e generalizado, nos tempos atuais, com a transformação daquela na “sociedade midiaticizada (SANCHOTENE, 2009, p.3)

Dentro desse contexto, a mídia, ao atingir um grande número de pessoas como parte da indústria cultural prevista por Adorno (1985), age por meio de um sistema comunicativo que propaga ideias e sentimentos, assim, atingindo, principalmente com o avanço da Internet, a inteligência, as vontades e valores de diferentes sujeitos dentro de uma sociedade.

Nesse sentido, é importante apontar que as narrativas midiáticas envolvendo o tema de violência e da criminalidade são elaboradas de modo apelativo, sensacionalista, expondo excessivamente um discurso imagético depreciativo, com o destaque para capas e manchetes estampando sangue e morte, sem preocupação, em alguns casos, com a questão ética.

Ainda, há uma “fabricação de inimigos” mediante a rotulação e a estigmatização de sujeitos que aparecem, frequentemente, onde o bandido ou traficante faz o papel de vilão e o policial ou “cidadão de bem” o de “mocinho” (MISSE, 1999), o que culmina em um acirramento das tensões entre sujeitos e indivíduos.

Destaca-se que essas narrativas são massivamente produzidas e consumidas. Em uma sociedade contemporânea na qual o consumo é hipervalorizado, a mídia, enquanto instrumento da indústria cultural, sucumbe aos interesses econômicos das grandes corporações, visando vender mais a fim de compensar os investimentos. Ou seja,

Os produtos midiáticos se constroem, não mais em razão de si, mas também de seu entorno, visto em boa parte pelo que dizem e pelo que seu dizer produz em termos do fluxo adiante. A conexão com a audiência leva ao apuro na escuta dos retornos para atendimento de suas demandas porque, ao fim, a emissão precisa manter o controle nessa mesa de negociação comunicacional (Piccinin, 2019, p. 21).

Dessa maneira, ao agir de acordo com as regras de um mercado competitivo, em busca de audiência, a grande mídia (em forma de programas e jornais de caráter popular, cadernos policiais, entre outros) dissemina narrativas que são incorporadas em um ritual cotidiano, consumidos diariamente, mesmo que as histórias se repitam dia após dia (PROJETO..., 2015).

Dentre os recursos utilizados encontram-se a exposição de cadáveres ou fragmentos deles; a exploração da dor alheia; a invasão de privacidade de familiares de

vítimas desolados, geralmente pertencentes à classe de vulnerabilidade socioeconômica; até mesmo, a incitação de conflitos entre bairros populares, contribuindo para a propagação da cultura do medo e seus efeitos (PROJETO..., 2015).

Violência no bairro do Guamá

Foi decidido analisar dentre os conflitos de violência identificados, aqueles que tratavam em específico o bairro do Guamá, em específico, chacinas considerando sua natureza e recorrência nos últimos anos em Belém, chacinas urbanas que são parte de um contexto de violência e mortes violentas por grupos de extermínio que, no Pará, têm recorrência desde a década de 1990 (FERREIRA JUNIOR, 2019).

O bairro do Guamá é o mais populoso da capital paraense, com mais de 100 mil habitantes, segundo os dados do governo do Estado do Pará, e também considerado um dos mais perigosos.

No dia 21 de março de 2021, ocorreu um duplo homicídio na passagem Jambu, quando três jovens foram atingidos por diversos tiros. Um deles morreu no local e outro no Pronto Socorro do Guamá. Ao menos dois vídeos circularam nas redes sociais, neles é possível ver o momento exato em que um grupo de jovens conversa descontraidamente na passagem Jambu, quando um táxi, no qual o motorista foi sequestrado e ameaçado, se aproxima, três homens descem e atiram contra os rapazes.

A passagem Jambu ficou conhecida em Belém, em maio de 2019, quando 11 pessoas foram mortas, 6 homens e 5 mulheres, atingidas por tiros dentro do Wanda Bar. O caso ganhou repercussão como a Chacina do Guamá.

Análise da cobertura de caso

Os resultados a seguir são provenientes das interpretações e análises feitas das matérias dos portais online como o DOL (ligado ao jornal Diário do Pará), o G1 do Pará (pertencente ao grupo da TV Liberal – afiliada da Rede Globo), Ver-o-Fato (criado pelo jornalista Carlos Mendes), Amazônia e o Roma News.

A seleção dos portais foi proveniente do hibridismo desse habitante, que mesclam vários formatos textuais e imagéticos em um único ambiente. As notícias dos portais costumam ter um alto acesso pelo público. Inclusive pesquisa realizada, em outubro de 2020, pela Provokers, encomendada pela Luminare, organização filantrópica global, aferiu que aumentou em 65% o número de leitores de veículos digitais no Brasil. O

levantamento revela, ainda, que 92% desses leitores acessam notícias por meios digitais ao menos duas vezes por semana; 83% dizem acessar notícias ao menos uma vez ao dia.

Desse modo, o estudo referente às mídias digitais torna-se cada vez mais relevantes. Primeiro, essa escolha dos portais foi importante para compreender como as narrativas desses veículos construíram os fatos sobre esse duplo homicídio no bairro do Guamá. Aponta-se que o caso ganhou destaque devido o crime ter ocorrido apenas a alguns metros de distância da chacina do Guamá, com um intervalo menor que dois anos.

A palavra chacina é definida pela ação de matar várias pessoas ao mesmo tempo, uma forma de assassinato cruel e brutal, que se diferencia de massacre por geralmente ser associada a crimes ocorridos na cidade, enquanto o massacre é comumente associado à violência no campo.

Ou seja,

chacina é uma ordem de acontecimento também muito específica que não é algo que aconteceu uma vez, mas que tem “voltado a acontecer”, na medida em que novas situações de assassinatos em massa acabam sendo categorizadas sob esse nome. [...] Depois de 2014, outras chacinas voltaram a ocorrer, algumas com mais repercussões do que outras – além das tantas outras mortes que ocorrem nas periferias sem que sejam identificadas como chacina. Daí decorrendo então a importância de tentar compreender como as chacinas têm esse estatuto de acontecimento, com ênfase nas narrativas jornalísticas produzidas a respeito delas, entendidas não somente como as histórias que se conta a respeito, mas como próprios constituidores dessa sua dimensão acontecimental (FERREIRA JUNIOR, 2019, p. 20).

A chacina do Guamá, também conhecida como a maior chacina da história da capital paraense, contou com a presença da Força Nacional em Belém, a pedido do governador Helder Barbalho, e ganhou destaque e cobertura em todo o país, tendo repercussões até hoje, como a matéria realizada quando o fato completou dois anos, veiculada pelo portal Roma News, em que evidencia o elevado número de crianças deixadas órfãs e como anda a vida dos moradores da comunidade.

Nesse sentido, é possível identificar que o jornalismo frequentemente se utiliza da associação entre casos e eventos de criminalidade para gerar pautas que chamem a atenção do leitor. Conseqüentemente, a marcação de um território perigoso pela mídia reforça os estereótipos e a estigmatização do local, acarretando implicações para os moradores da região.

Outro aspecto observado, foi o desdobramento do caso por meio da produção de matérias acerca das medidas jurídicas e de punição decorrentes do evento. Os personagens

a serem punidos legalmente variam, tanto entre os chamados “bandidos”, como até mesmo policiais, como ocorrido na Chacina do Guamá.

Somado a isso, o desfecho jurídico dessas matérias pode ser conectado por outros crimes de menor visibilidade, a exemplo da notícia de prisão dos suspeitos do homicídio de 2019 ter ocorrido após os sujeitos serem presos por outro crime de assalto com reféns, em junho de 2021.

Assim, é imprescindível atentar para o fato de a exposição midiática, e consequente intensificação da busca por justiça pela população, ser essencial para que muitos casos não acabem tomados pela impunidade.

Um ponto importante nas análises das narrativas é referente a escolha de palavras para as manchetes, subtítulos e corpo das notícias. A escolha dos termos a serem escritos por cada jornalista está inevitavelmente relacionada a uma série de fatores, desde o seu cenário socioeconômico, político e cultural, até os interesses políticos e econômicos dos veículos de comunicação em que esses profissionais trabalham. Logo, é evidente que a imparcialidade e objetividade absoluta no jornalismo é inverídica e impraticável.

Nesse cenário, a partir das análises dos portais, observa-se que o termo “jovem” para se referir aos sujeitos nas cenas do crime é usado em várias manchetes, o que ressalta o caráter da criminalidade na juventude, como visto pelo Atlas da Violência de 2020 (2021). Todavia, o caráter racial não aparece claramente identificado, apesar da população negra compor a grande maioria de vítimas de homicídios, de acordo com dados do Atlas da Violência (2021).

O não reconhecimento do caráter racial indica uma postura omissa por parte dos veículos midiáticos e um longo caminho a ser percorrido para que seja assumida uma postura ativa e antirracista por parte da grande mídia, trazendo visibilidade ao preconceito étnico e racial.

Além do que é falado, é preciso ressaltar os silêncios, as palavras não faladas e as histórias não contadas. Durante as análises desses dois eventos ocorridos no bairro do Guamá, foi possível observar um maior número de matérias publicadas sobre eles, assim como um maior aprofundamento das informações e de desdobramentos do caso, em comparação a maioria dos casos criminais considerados comuns em bairros periféricos, noticiados como “corriqueiros”.

A partir da análise de notícias publicadas por portais online como o DOL (ligado ao jornal Diário do Pará), o G1 do Pará (pertencente ao grupo da TV Liberal - afiliada da

rede globo), percebe-se que inúmeros assaltos, sequestros e homicídios, envolvendo pessoas moradoras de bairros da periferia belenense, nos quais as notícias são divulgadas em formatos semelhantes a notas policiais, ou seja, enxutas, sem aprofundamento, sem contexto, em alguns casos até mesmo sem a identificação das vítimas. Diante disso, há um agravamento da banalização indireta de vidas consideradas menos valiosas para a sociedade, além da inviabilização desse grupo de pessoas.

Ainda, há uma generalização sobre as pessoas e os lugares, fundamentalmente as áreas consideradas periféricas da cidade, assim como a violência é enunciada como consequência da pobreza, se contrapondo aquilo que afirma Misse (1999, p. 38), pois a violência comporta múltiplos significados e sentidos. Ela, violência deve ser analisada não de forma singular, mas de forma plural, pois: "[...] não existe violência, mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades".

Por último, foram observados, comparativamente, os materiais audiovisuais “linkados” às matérias disponibilizadas nos portais sobre os eventos criminosos ocorridos no bairro do Guamá. A divulgação do vídeo do homicídio duplo na passagem Jambu pelo portal DOL, conhecido por um conteúdo no “caderno polícia” mais sensacionalista e de apelo a imagens fortes, transmitiu o vídeo explícito e não desfocou os rostos das pessoas no vídeo, diferentemente da conduta dos outros portais em que o mesmo vídeo foi noticiado.

Já no vídeo da reportagem feita pelo programa televisivo Bom dia Pará, “linkado” à notícia do duplo homicídio pelo G1 Pará, além da descrição auditiva do vídeo que registra a cena do crime, da identificação das vítimas e do destino dos corpos, o destaque maior foi dado aos entrevistados, que tiveram sua identidade protegida. Os moradores da região relataram viver sob um medo constante, e o horror de ter a sensação da história se repetir, uma vez que os mesmos ainda se recuperam da Chacina do Guamá em 2019.

Por fim, a fala de uma moradora “Tem muita gente de bem, aqui, trabalhadora, que quer seu ganha pão, que sai à luta” demonstra os rastros de uma vivência marcada pela estigmatização e por estereótipos, e o desejo de provar que eles não condizem com a realidade. A entrevista é finalizada com o seguinte trecho falado pela mesma moradora: “Nós estamos numa corda bamba em que a gente sabe que o lado fraco vai sempre arrebentar”, demonstrando o sofrimento de uma população excluída e segregada pela sociedade.

Conclusão

Dentre as constatações observadas, as narrativas midiáticas sobre os conflitos de violência urbanos usam estratégias comunicativas que vão do desprezo humano contra os desvios dos indivíduos e de suas condições, à enunciação de um mesmo problema social que ainda é ‘invisível ao poder público e sociedade, pois a violência ainda é hierarquizada socialmente. (PLANO..., 2020).

Em conclusão, a partir das análises realizadas percebe-se que a forma que a violência é narrada pela mídia reforça estereótipos nocivos a pessoas em situações de vulnerabilidade socioeconômica e de desamparo governamental, desse modo, acirrando a segregação socioespacial e as tensões entre os diferentes grupos sociais.

Contudo, apesar de ter sido iniciada a discussão no presente artigo acerca do retrato midiático da violência urbana mediante a coleta de dados até o atual momento, é evidente a necessidade de aprofundamento sobre uma temática tão complexa e sob constante mudanças.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. **Dialética do esclarecimento**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 1985.

ALMEIDA, Renato de. **A cidade e espaço urbano em sala de aula: teoria e prática**. Juiz de Fora: Virtú, 2005.

ALVAREZ, Johnny e PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. In: PASSOS, Eduardo, KASTRUP, Virgínia e ESCÓSSIA, Liliana da. **Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2009.

ATLAS DA VIOLÊNCIA 2020. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/24/atlas-da-violencia-2020>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

BAIERL, Luzia Fátima. **Medo social: da violência visível ao invisível da violência**. São Paulo: Editora Cortez, 2004.

BENTES, A. Consumo de notícias digitais no Brasil aumenta na pandemia. **Mercadizar**, 2020. Disponível em: <https://mercadizar.com/noticias/consumo-de-noticias-digitais-no-brasilaumenta-na-pandemia/>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

FADISMA. Quais as principais causas da violência no Brasil? **Portal da Segurança Pública**, 2023. Disponível em: <https://segpublica.com.br/quais-as-principais-causas-da-violencianobrasil/>. Acesso em: 26 de jul. de 2023.

FERREIRA JUNIOR, Sergio do Espírito Santo. **Configuração do acontecimento violento em narrativas jornalísticas:** Chacina da Região Metropolitana de Belém em Diário do Pará e O Liberal. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Instituto de Letras e Comunicação (ILC), Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

FRANÇA, Vera Regina Veiga. Sociabilidade: Implicação do Conceito no Estudo da Comunicação. In: BRAGA, José Luiz; PORTO, Sérgio D. e FAUSTO NETO, Antônio (org.). **A Encenação dos Sentidos mídia, cultura e política.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. O conceito de espaço rural em questão. **Revista Terra Livre**, São Paulo, ano 18, n. 19, p. 95-112, jul/dez. 2002. Ministério divulga dados de violência policial de 2019. Agência Brasil, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/ministerio-divulga-dados-deviolencia-policial-de-2019>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

Ministério divulga dados de violência policial de 2019. **Agência Brasil**, 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2020-06/ministerio-divulga-dados-deviolencia-policial-de-2019>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

MISSE, Michel. **Malandros, marginais e vagabundos:** a acumulação social da violência no Rio de Janeiro. 1999. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj), Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 1999.

PICCININ, Fabiana. Cumplicidades entre mídia e audiência nas narrativas de “real” na ficção e no jornalismo. **Revista Lumina**, Juiz de Fora, PPGCOM – UFJF, v. 13, n. 1, p. 15-28, jan./abr. 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/26056/14815>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

PLANO DE TRABALHO. **Cartografia dos Conflitos de Violência na Amazônia Urbana.** Programa de Iniciação Científica da Universidade Federal do Pará - PIBIC - PRO4293, 2020. Disponível em: <https://sigaa.ufpa.br/sigaa/pesquisa/planoTrabalho/wizard.do?dispatch=listarPorOrientador,2020>. Acesso em: 29 de jun. de 2023.

PROJETO DE PESQUISA. **Mídia e Violência:** narrativas midiáticas na Amazônia Paraense. Universidade Federal do Pará em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, através do Edital Universal – AL – MCTI/CNPQ N° 14/12, 2015. Acesso em: 26 de jul. de 2023.

SANCHOTENE, Carlos Renan Samuel. A midiaticização como processo de reconhecimento, legitimidade e prática social. **Mancipação**, Ponta Grossa, p. 249- 258, 2009. Disponível em: <https://revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1069/834>. Acesso em: 14 de ago. de 2023.